

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 915.594 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : MIN. LUIZ FUX  
**RECTE.(S)** : COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-  
CEMIG  
**ADV.(A/S)** : ANDRÉ MYSSIOR E OUTRO(A/S)  
**RECTE.(S)** : MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA  
**ADV.(A/S)** : TARSO DUARTE DE TASSIS E OUTRO(A/S)  
**RECDO.(A/S)** : OS MESMOS

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (CCSIP). BASE DE CÁLCULO RELACIONADA COM CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA MEDIDO. RAZÕES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESCONEXAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 284 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. AGRAVO DESPROVIDO.**

**DECISÃO:** Trata-se de agravo nos próprios autos (fl. 301), interposto com fundamento no artigo 544 do Código de Processo Civil, objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário (fl. 253), manejado com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão (fl. 138) que assentou, *verbis*:

*“EMENTA: TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - APELAÇÃO CÍVEL - CEMIG - IPTU - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA -*

**ARE 915594 / MG**

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA -  
INAPLICABILIDADE - CCSIP - BASE DE CÁLCULO - FATURA  
DE ENERGIA ELÉTRICA - INEXISTÊNCIA - DESCABIMENTO  
DA COBRANÇA.

*- Descabida a pretensão da CEMIG de gozar de imunidade constitucional relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tendo em vista sua natureza de sociedade de economia mista, concessionária de serviço público de energia elétrica, que explora atividade econômica, em concorrência com a iniciativa privada."*

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos (fl. 170).

Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, indica a violação ao disposto no artigo 150, VI, *a* e § 3º, da Lei Maior. Assevera a impossibilidade de extensão da imunidade recíproca sobre a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CCSIP).

O Tribunal de origem não admitiu o apelo do MUNICÍPIO porque entendeu que incidiu os óbices das Súmulas 283 do STF e 07 do STJ (fls. 286).

É o relatório. **DECIDO.**

*Ab initio*, a repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida "*a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso*" (art. 102, III, § 3º, da CF).

Não merece prosperar o agravo.

Consta no acórdão recorrido (fls. 145):

*"No que concerne à CCSIP, esta passou a ter previsão constitucional a partir da edição EC nº 39/2002, com o acréscimo do art. 149-A à Constituição da República, tratando-se de contribuição*

**ARE 915594 / MG**

*vinculada ao serviço de custeio da iluminação pública, cuja base de cálculo está relacionada com a classe do consumidor/contribuinte e com a quantidade de consumo medida em Kw/h constante de sua fatura de energia elétrica.*

*Nestes termos, é de se observar a singularidade de que a ora irresignante possui consumo próprio de energia elétrica, não havendo, destarte, fatura mensal de energia elétrica em seu nome. Se não há fatura, é de se indagar como foi feito o cálculo do valor lançado na CDA a título de cobrança de CCSIP, pois a sua base de cálculo teria que se basear nos valores constantes da conta de energia elétrica.*

*Em outras palavras, se o município alega ter havido o consumo e se a lei determina que o valor será calculado mensalmente, em percentual corresponde ao consumo em Kw/h, ausente a prova da cobrança pelo fornecimento/consumo de energia, não há que se falar em incidência de CCSIP.”*

A parte ora agravante manejou recurso extraordinário discutindo apenas a extensão da imunidade tributária sobre a CCSIP, tema que não foi objeto do acórdão recorrido. Tal circunstância impede a apreciação do recurso extraordinário, em face da deficiência de sua fundamentação. Incide, pois, a Súmula nº 284/STF. Nesse sentido:

*“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO. ALEGAÇÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO JULGADO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. “*

*(ARE 757.925-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe de 28/5/2014)*

*Ex positis, DESPROVEJO* o agravo do MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Após o trânsito desta decisão, **retifique-se a autuação**, em face da admissibilidade do recurso extraordinário interposto pela CEMIG e

**ARE 915594 / MG**

**retornem conclusos** ao meu Gabinete para análise do apelo extremo de fl. 213.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

*Documento assinado digitalmente*